

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Como protesto, petroleiros vão parar na 2ª-feira	2
Título: Defesa e Educação têm maior reforço no caixa	2
Título: Fundo Pátria vende empresa de energia por R\$ 3,5 bilhões	3
Título: Prévia da inflação em 0,14% surpreende	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Petroleiros anunciam greve de cinco dias	5
Título: A privatização da Eletrobras é positiva para o país? Sim - Mais eletricidade, mais Brasil	6
Título: A privatização da Eletrobras é positiva para o país? Não - Tarifas elétricas fora do espaço privado	7
Título: Governo vê sobra de R\$ 10 bi e deve liberar recursos para ministérios	9
VEÍCULO: O Globo	10
Título: Maior liberação de recursos no Orçamento vai para Defesa	10
Título: Conta de luz no Rio pode cair até 6%	11

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/11/2019****Seção: Economia****Autor: FERNANDA NUNES****Título: Como protesto, petroleiros vão parar na 2ª-feira**

Empregados da Petrobrás ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) vão fazer uma paralisação na próxima segunda-feira. O protesto, aprovado em 12 das 13 assembleias realizadas nos últimos dias, deve atingir unidades de produção como a Bacia de Campos e refinarias como Replan, em Paulínia (SP), e Reduc, em Duque de Caxias (RJ). O abastecimento, no entanto, está garantido, como prevê a legislação. A FUP acusa a empresa de descumprir acordo coletivo firmado neste mês, após negociação mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A estatal, segundo a entidade, não está cumprindo cláusulas relativas à segurança dos trabalhadores e do meio ambiente e também relativas a benefícios de funcionários que ingressaram por meio de concurso público. Os sindicalistas dizem, por exemplo, que a empresa teria vinculado a premiação de empregados a metas de segurança, o que estimularia a subnotificação de acidentes. Procurada, a Petrobrás ainda não se manifestou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 23/11/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA****Título: Defesa e Educação têm maior reforço no caixa**

Com desbloqueio de R\$ 13,9 bilhões do orçamento federal, ministérios ganharam fôlego financeiro para fechar o ano

Depois de passarem o ano no sufoco, os Ministérios da Defesa, Educação e Desenvolvimento Regional tiveram a maior liberação de recursos entre os ministérios neste fim de ano. Com o reforço no caixa após os leilões de petróleo, o governo anunciou, na semana passada, que descontingenciaria todo o Orçamento, liberando recursos para despesas até então congeladas. No total, os órgãos tiveram R\$ 13,976 bilhões liberados. O governo publicou ontem um

decreto detalhando as liberações. O Ministério da Defesa foi a pasta que recebeu o maior valor, com R\$ 3,473 bilhões. Para a Educação, foram R\$ 2,695 bilhões. Para o Desenvolvimento Regional, R\$ 1,905 bilhão.

A Economia recebeu R\$ 1,365 bilhão, e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, R\$ 1,159 bilhão. No apagar das luzes, porém, o governo considera improvável que os novos recursos liberados sejam completamente gastos. Isso porque, em muitos casos, não há tempo hábil para a retomada de projetos parados ou para o empenho e execução dos pagamentos ainda neste ano. Ao longo do ano, o governo foi “congelando” despesas para cumprir a meta fiscal. A medida foi necessária, principalmente, porque o Orçamento inicial foi construído com uma estimativa de crescimento maior do que a que foi se desenhando para 2019.

Com isso, o governo teve de contingenciar as verbas, como precaução para o caso de não ter receitas suficientes para bancá-las. Mais de R\$ 30 bilhões foram bloqueados, o que levou a situações emergenciais como suspensão de bolsas na Educação e corte até no cafezinho no Ministério da Economia. A equipe econômica conseguiu liberar todos esses recursos à medida que as receitas tiveram desempenho acima do esperado. Para isso, contou com a ajuda do leilão de petróleo da cessão onerosa, que garantiu R\$ 23,7 bilhões para a União neste ano.

Espaço. Ontem, o Ministério da Economia divulgou ainda o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do 5.º bimestre, com uma reestimativa para as receitas do ano, cuja projeção aumentou R\$ 4,9 bilhões, e para as despesas, que caíram R\$ 4,5 bilhões. Com isso, mesmo após o descontingenciamento total do Orçamento, há ainda um espaço adicional de R\$ 7,2 bilhões para o cumprimento da meta fiscal do ano, que ficará abaixo do déficit inicialmente estimado, de R\$ 139 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/11/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Fundo Pátria vende empresa de energia por R\$ 3,5 bilhões

O Pátria Investimentos anunciou ontem a venda da Argo Energia, dona de 1,4 mil quilômetros de linhas de transmissão que cortam os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, para os grupos Energía Bogotá, da Colômbia, e Rede Eléctrica, da Espanha. O valor do negócio é de R\$ 3,5 bilhões. A transação está sujeita às aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Interligado.

Criada pelo Pátria Infraestrutura em 2016 e com os fundos geridos pela gestora brasileira e pelo fundo soberano Temasek como acionistas, a Argo é uma empresa brasileira de transmissão de energia que atua na expansão do Sistema Interligado Nacional, atuando como um elo entre os centros de geração, distribuição e consumo de eletricidade. A companhia tem três concessões de transmissão elétrica, nos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Rondônia, que totalizam receita contratada de aproximadamente R\$ 600 milhões. Os acionistas da Argo Energia foram assessorados pelo Bank of America Merrill Lynch, Itaú BBA e pelo escritório Mattos Filho Advogados

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 23/11/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO Francisco Carlos de Assis

Título: Prévia da inflação em 0,14% surpreende

IPCA-15 registra o menor resultado para o mês de novembro desde 1998, aponta IBGE

Os transportes pressionaram a prévia da inflação oficial em novembro. Com combustíveis e passagens aéreas mais caros, o Índice de Preços Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15) fechou o mês em 0,14%, informou ontem o IBGE. Apesar dessas altas, a taxa surpreendeu os analistas, que esperavam um avanço médio de 0,16%. Contrariando as expectativas, o índice foi o menor registrado em um mês de novembro desde 1998. O IPCA-15 acumulado em 12 meses desceu a 2,67%, distanciando-se ainda mais da meta para o ano traçada pelo Banco Central, de 4,25%. Em 11 meses, a prévia da inflação do mês ficou em 2,83%. O mercado contava com uma pressão maior dos alimentos, com a alta da carne, que ficou bem mais cara neste mês, mas não a ponto de anular a queda dos preços de alguns hortifrutigranjeiros.

Neste mês, pela primeira vez desde agosto, os preços começaram a subir, só que levemente, 0,06%. Ficou mais caro comer e tomar cerveja fora de casa. Em contrapartida, a alimentação em casa não subiu tanto quanto no mês anterior, passou de 0,38% para 0,03%. Os preços da cebola, tomate e batata-inglesa caíram. “A alimentação, para a alegria de quem quer queda de juro, fechou novembro com alta de apenas 0,06% e mostra outros preços caindo”, diz o economista e professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Heron do Carmo. Para o economista, a inflação de 0,14% é favorável porque sinaliza para a possibilidade de o IPCA encerrar o ano em torno de 3%.

Nos transportes, que teve alta de 0,3% e representou a principal pressão no mês, foram destaque o etanol, que ficou 2,53% mais caro, e a gasolina, 0,8%. Já o óleo diesel subiu 0,58% e o gás natural veicular, 0,1%. Com menos peso no indicador, as passagens aéreas também apresentaram alta relevante, de 4,44%, após já ter subido 2,10% em outubro. O grupo que mais segurou a prévia da inflação foi o de habitação, por conta da energia elétrica, que apresentou queda de 1,43%. Com exceção das regiões metropolitanas do Recife (0,14%) e de Salvador (2,52%), todas as áreas pesquisadas apresentaram retração dos preços da eletricidade.

Carne. O choque da carne bovina neste ano – o preço da arroba subiu mais de 20% só em novembro – deverá contribuir para levar alívio à inflação no ano que vem, disse Heron do Carmo. Isso, de acordo com ele, porque hoje os choques de preços não mais se incorporam às séries. Antigamente, de acordo com o professor, os choques passavam a fazer parte das séries históricas e a inflação não voltava mais. “Ela subia uma escada”, diz Heron. Agora, continua o professor da FEA-USP, essa dinâmica mudou. “Tivemos o choque da greve dos caminhoneiros no ano passado e voltou, tivemos o choque de tarifas e voltou. Por isso, esse choque da carne hoje pode ser algo que favoreça a inflação do ano que vem porque a carne não deve subir no ano que vem o que subiu neste ano, e isso alivia a inflação de 2020”, disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petroleiros anunciam greve de cinco dias

Três semanas após assinatura de acordo coletivo de trabalho com a Petrobras, sindicatos ligados à FUP (Federação Única dos Petroleiros) iniciam na segunda-feira (25) paralisação de cinco dias em protesto contra programas de demissão e transferência de trabalhadores.

A mobilização tem como pano de fundo o plano de venda de oito refinarias, que, segundo estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos), impactará 4.895 empregados lotados nessas unidades.

A FUP acusa a estatal de descumprir cláusulas do acordo ao propor os programas de demissão incentivada e de transferência sem negociação prévia com os sindicatos. Alega ainda que o uso de indicadores de segurança como critério para pagamento de bônus também fere o acordo.

A Petrobras e os sindicatos ligados à FUP assinaram acordo coletivo no dia 4 após meses de impasse que culminaram com mediação do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Por enquanto, a greve envolve apenas os sindicatos ligados à FUP, excluindo a base de Minas, que não aprovou paralisações.

Entre as bases que prometem paralisar as atividades, está a responsável pela operação das plataformas de produção de petróleo da bacia de Campos, a segunda maior produtora do país.

Procurada, a Petrobras não havia se manifestado até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2019

Seção: Tendências / Debates

Autor: Fernando Coelho Filho

Título: A privatização da Eletrobras é positiva para o país? Sim - Mais eletricidade, mais Brasil

Gigante, empresa não pode perder relevância e valor

Deputado federal (DEM- PE) e ex-ministro de Minas e Energia (2016-18, governo Temer)

Poucos temas representam tão bem o momento que o Brasil vive hoje quanto a privatização da Eletrobras. A empresa é um gigante. Sua criação visionária, na década de 1960, foi a afirmação de um país que olhava estrategicamente para o futuro. Seu braço nordestino, a Chesf, se ligou indissociavelmente ao rio São Francisco e à região, à sua economia, história e cultura.

O problema é que, com o tempo, esse gigante se tornou pesado. Serviu a interesses que não eram os do país e envelheceu, como tantas outras coisas no Brasil. A empresa investiu com “taxas patrióticas de retorno” para perder dinheiro, em projetos que não tinham nada de patriótico. Perdeu mais de R\$ 20 bilhões com suas “descontroladas”, empresas estaduais de distribuição federalizadas. Acabou abraçando serviços não previstos e gerou dívidas para a União. Desde 2016, uma administração eficiente a tirou das páginas policiais e a recolocou nas revistas de gestão e cadernos de economia, mas isso é pouco.

A União, maior acionista da Eletrobras, já não tem o capital que ela precisa para crescer. E não faz sentido deixar de investir em segurança, saúde ou educação para cobrir prejuízos de uma empresa ineficiente, em um setor no qual a

iniciativa privada atua há tantos anos com qualidade. E os mecanismos de controle que foram sendo criados para impedir que a empresa fosse usada de forma indevida terminaram por retirar-lhe a agilidade para competir no mundo moderno.

As regras do setor elétrico fazem com que a expansão de grandes linhas de transmissão e de geração de energia seja competitiva. Sem ganhar leilões de expansão há anos e com diversas concessões chegando ao fim, a empresa estará condenada a perder relevância e valor.

O modelo de privatização por capitalização, em debate no Congresso Nacional, foi concebido para a recuperação da Eletrobras, que terá suem regime de livre comercialização da energia. E pagará por isso com recursos de novos acionistas que se juntarão a ela em uma chamada pública de capital. O país voltará a contar com uma empresa com escala para grandes investimentos. Uma corporação moderna, sem controladores, que criará enormes oportunidades para seus trabalhadores.

Quem ganha com isso? Todos os contribuintes brasileiros, com o aporte de recursos no Tesouro Nacional e a valorização do patrimônio da União, que continuará a ter uma participação no capital da companhia. Ganharão também os consumidores de energia em todo o Brasil, com o fim do regime de venda de energia por cotas, que é ineficiente por mascarar custos e indexar preços, e com os aportes que anova Eletrobras fará para abater encargos setoriais hoje incluídos nas tarifas.

Ainda ganharão os brasileiros e os nordestinos, com a recuperação do rio São Francisco, também financiado com a capitalização.

É hora de olhar para frente, de compreender o momento. Entender que os brasileiros querem melhores serviços públicos, desenvolvimento, empregos, melhor distribuição de renda e um país mais igualitário. Querem um governo moderno, uma política melhor.

A privatização da Eletrobras vai garantir mais energia para um Brasil mais justo e dinâmico. É um passo de grande valor, tanto real quanto simbólico, nessa transformação que o país precisa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2019

Seção: Tendências / Debates

Autor: Joaquim Francisco de Carvalho

Título: A privatização da Eletrobras é positiva para o país? Não - Tarifas elétricas fora do espaço privado

Grupo pode lucrar R\$ 20 bi por ano e gerar recursos

Mestre em Engenharia Nuclear e doutor em Energia pela USP, foi engenheiro da Cesp, diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear) e pesquisador associado ao IEE/USP (Instituto de Energia e Ambiente)

O programa de privatizações do sistema elétrico em larga escala começou no governo FHC e, hoje, é majoritariamente privado.

Só no segmento de geração de energia, cerca de 60% dos ativos estão privatizados. Parte das linhas de transmissão e as principais distribuidoras também foram privatizadas.

O resultado dessa quase completa privatização foi o oposto do prometido. O setor privado pouco investiu para expandir o sistema, obrigando o governo a fazê-lo. E, em vez de mais baratas, as tarifas para o setor residencial subiram mais de 55% e as do setor industrial aumentaram cerca de 130% acima da inflação, provocando a falência de inúmeros estabelecimentos industriais e desempregando centenas de engenheiros e milhares de operários qualificados.

Sobrou a Eletrobras, que agora o governo federal quer privatizar.

Tendo-se desvincilhado das onerosas distribuidoras do Norte e Nordeste, a Eletrobras tornou-se muito rentável, apresentando um lucro líquido de R\$ 13,3 bilhões já no exercício de 2018 —resultado que ainda pode melhorar, desde que a Eletrobras e suas subsidiárias (Furnas, Chesf, Eletronorte e metade de Itaipu) afastem-se das sempre corruptoras influências “políticas”, sejam submetidas a diretores competentes e honestos e passem por uma séria reforma administrativa.

Lembro aqui a diferença que existe entre o espaço privado e o público. O espaço privado é ocupado por empresas industriais, financeiras, comerciais e outras, que têm entre os seus objetivos o de gerar lucros. No espaço público ficam atividades não lucrativas, como a diplomacia, a segurança nacional, o ensino e a pesquisa científica, a saúde pública etc., além de certas “Utilities”, vitais para as demais atividades, em especial as atividades privadas.

Ocorre que a energia elétrica é um monopólio natural, do qual dependem a indústria, as comunicações, o comércio, os serviços, ou seja, praticamente tudo. Assim, as tarifas elétricas não devem ser formadas no espaço privado, pois influenciam todos os custos da economia e constituem um privilegiado instrumento de arrecadação de parte da renda dos demais setores.

Mais de 65% da eletricidade consumida no Brasil vêm de usinas hidrelétricas — e a geração de energia é apenas um dos usos dos reservatórios, ao lado de

outros, também importantes, como o abastecimento de água, a irrigação etc. O controle dos grandes reservatórios hidrelétricos é estratégico. Por essa razão, até nos EUA são públicos. Apenas algumas hidrelétricas menores são privadas, mas a soma das capacidades destas é muito menor do que a das hidrelétricas estatais.

Devido ao falhanço das privatizações feitas com o objetivo (inatingível) de converter em mercadoria um monopólio natural como a energia elétrica, a Eletrobras vinha sofrendo grandes prejuízos por ter sido obrigada a arcar com os resultados negativos do modelo — prejuízos esses que alimentaram lucros astronômicos para intermediários não produtivos.

As hidrelétricas ainda pertencentes ao grupo Eletrobras têm idades em torno de 30 anos; portanto, praticamente todo o capital investido está amortizado. Desse modo, a energia gerada custa atualmente cerca de R\$ 40/MWh.

O grupo Eletrobras responde por uma oferta da ordem de 170 milhões de MWh por ano. Essa energia poderia ser repassada diretamente às distribuidoras por uma tarifa de R\$ 160/MWh. Portanto, o grupo Eletrobras pode lucrar R\$ 20,4 bilhões por ano, ficando autofinanciável e ainda gerando recursos para o Tesouro Nacional.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 23/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Governo vê sobra de R\$ 10 bi e deve liberar recursos para ministérios

Diante do impulso na arrecadação provocado por eventos não recorrentes, como os leilões de petróleo, o governo decidiu distribuir uma espécie de sobra orçamentária para que ministérios possam gastar mais, informaram à Folha membros da equipe econômica.

Ao revisar as receitas e as despesas deste ano, o Ministério da Economia concluiu que está aberta uma margem de aproximadamente R\$ 10 bilhões para ampliação de gastos no período de pouco mais de um mês antes do encerramento do ano. O dado foi divulgado nesta sexta-feira (22).

A gestão Jair Bolsonaro iniciou o ano com frustração de receitas e foi forçada a travar verbas das pastas. O bloqueio, que chegou a R\$ 34 bilhões no meio do ano, foi desfeito aos poucos, até a semana passada, quando foi feita a liberação total do Orçamento previsto originalmente.

Membros da equipe econômica informaram à Folha que o governo agora se prepara para uma liberação adicional de recursos.

De acordo com um auxiliar do ministro Paulo Guedes (Economia), a maior parte dessa sobra de R\$ 10 bilhões será liberada aos ministérios. A decisão sobre as pastas beneficiadas ficará a cargo da Junta de Execução Orçamentária, composta pelos ministros da Economia e da Casa Civil.

O repasse para novos gastos só não será integral porque a equipe econômica quer ter uma margem de segurança caso os subsídios do governo demandem mais recursos do que o estimado.

Um membro do ministério alerta para o risco de que o governo não pode ficar com esse tipo de dívida de subvenções com bancos, o que no passado foi classificado como pedalada fiscal e levou ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/11/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORREA

Título: Maior liberação de recursos no Orçamento vai para Defesa

Pasta terá mais R\$ 3,4 bilhões para gastar este ano. Em segundo lugar vem o Ministério da Educação, que terá R\$ 2,7 bilhões à disposição

O Ministério da Defesa foi a pasta mais beneficiada pela liberação, anunciada semana passada pelo governo, dos R\$ 14 bilhões que estavam bloqueados no Orçamento. Segundo detalhamento divulgado ontem pelo Ministério da Economia, o órgão terá liberação de R\$ 3,4 bilhões. O segundo maior montante vai para a Educação, que terá à disposição todos os R\$ 2,7 bilhões que estavam contingenciados até agora.

Defesa e Educação tinham sido justamente as pastas com os maiores volumes bloqueados ao longo deste ano. Por isso, agora que toda a previsão orçamentária foi liberada, são as áreas mais beneficiadas. Juntos, os dois órgãos respondem por 44% do total de recursos liberados.

PREVISÃO DE R\$ 7,2 BI NO ORÇAMENTO

O desbloqueio de verbas da semana passada foi determinado pelo governo graças à arrecadação extra de dois leilões de petróleo realizados em novembro. O maior impacto foi a licitação do megaleilão das áreas no excedente da cessão onerosa, que rendeu quase R\$ 70 bilhões aos cofres públicos.

A terceira pasta que ganhou mais fôlego pela reavaliação de receitas e despesas foi a do Desenvolvimento Regional, com folga de R\$ 1,9 bilhão, seguida pela Economia, que teve todo o montante de R\$ 1,4 bilhão descontingenciado.

Além de detalhar o desbloqueio da semana passada, o governo publicou ontem novo relatório de avaliação de receitas e despesas. No documento, o governo decidiu ampliar em R\$ 7,2 bilhões o limite orçamentário até o fim do ano. Como não há mais bloqueio, no entanto, esse espaço só poderá ser gasto em caso de edição de créditos adicionais, como os necessários para liberar emendas parlamentares.

A possibilidade de expansão de gastos ocorreu porque o Ministério da Economia revisou novamente as projeções de receitas e despesas. A estimativa de arrecadação aumentou em R\$ 4,9 bilhões. Já a previsão de gastos foi reduzida em R\$ 4,5 bilhões. Por isso, os técnicos concluíram que seria possível ampliar a previsão de despesas sem ferir a meta fiscal, que neste ano é de déficit de até R\$ 139 bilhões.

Apesar da meta, o governo já estima que o resultado fiscal neste ano será bem menor que esse limite. Na segunda-feira, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o país fechará 2019 com rombo de R\$ 80 bilhões, ou seja, R\$ 60 bilhões a menos que a meta. Durante a campanha, o ministro prometeu, no entanto, que poderia zerar o déficit no primeiro ano de governo, o que acabou não se concretizando.

VEÍCULO: O Globo

Data: 23/11/2019

Seção: Economia

Autor: MANOELVENTURA BRASÍLIA

Título: Conta de luz no Rio pode cair até 6%

ALIVIO NO BOLSO

Conta de luz no Rio pode cair 6% no próximo ano

A conta de luz do carioca deve cair em 2020, depois de três anos seguidos de aumentos. A projeção é de queda de cerca de 6%, em média, para consumidores da Light, segundo a TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia. Em todo o país, a previsão é de recuo de 1%, em média. Para os clientes do Rio, a redução pode ser maior. A distribuidora vai devolver R\$3,5 bilhões aos consumidores a partir de 2020, em razão de um processo judicial vencido pela companhia. A forma como esse desconto será repassado aos clientes ainda é alvo de debate entre a empresa e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Na tarifa paga pelo consumidor entram a compra de energia, o pagamento por uso de linhas de transmissão, além de subsídios setoriais e impostos.

No caso dos tributos, a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou nesta semana aumento de dois pontos percentuais na cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a energia elétrica para quem consome acima de 450 quilowatts/hora mensais. Mas esse ajuste não vai afetar as contas da maioria dos consumidores do Rio, cujo consumo médio é bem inferior, de 150 quilowatts/hora mensais. Os subsídios, que também entram no cálculo do reajuste da conta de luz, vão somar R\$ 20 bilhões em 2020.

A Light atende a 4 milhões de clientes em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro. O reajuste nas contas ocorre anualmente nos meses de março e é definido pela Aneel.

—No caso da Light, a queda da tarifa é explicada principalmente pela compra de energia —disse o diretor de Regulação da TR Soluções, Helder Sousa.

Isso porque há uma previsão de aumento no volume de chuvas e de melhora nos custos da energia comprada à vista. As hidrelétricas respondem por mais de 60% da capacidade instalada no Brasil, e a escassez de chuvas foi o principal fator responsável pelos reajustes dos últimos anos.

—A tendência para 2020 é de uma queda nas tarifas de energia da Light, mesmo com os encargos crescendo no próximo ano —afirmou uma fonte envolvida nas discussões.

O alívio no bolso do consumidor previsto para 2020 terá ajuda de uma decisão da Aneel. A agência decidiu quitar antecipadamente empréstimos tomados junto a um consórcio de bancos entre 2014 e 2015, para cobrir gastos extraordinários com o aumento do preço da energia no mercado livre, que oscila de acordo com oferta e demanda. O custo era repassado às contas de luz, mas não estará mais embutido na fatura de 2020.

A projeção para 2020, porém, ainda carrega incertezas em relação ao clima e ao comportamento do dólar, uma vez que a energia produzida na hidrelétrica binacional de Itaipu tem preço definido na moeda americana.

PROCESSO BILIONÁRIO

Os clientes da Light poderão ter um alívio adicional no próximo ano em razão de uma decisão judicial, já que a Light vai devolver R\$ 3,5 bilhões aos consumidores. O valor é decorrente de um processo que a empresa venceu na Justiça e que já teve decisão definitiva.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) determinou que a Receita Federal deve excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Isso reduz o valor do imposto federal nas atuais tarifas, além da necessidade de pagamento retroativo por parte do Fisco.

Com a decisão favorável, a distribuidora inseriu no balanço do terceiro trimestre deste ano créditos de PIS/Cofins a recuperar de R\$ 6,1 bilhões. Com base em pareceres de assessores legais, a companhia entendeu que parte dos créditos deve ser objeto de restituição aos consumidores (somando R\$ 3,573 bilhões).

Em nota ao GLOBO, a Light informou que entrou com a ação judicial em 2007 e conseguiu a decisão favorável, em última instância, em agosto de 2019 para excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Com isso, desde setembro, os clientes da empresa já estão se beneficiando da redução desse imposto.

“A Light entende que a maior parte dos créditos obtidos com essa decisão judicial será repassada aos clientes da Light. A Aneel deverá regular o critério e a forma de repasse desse crédito para os clientes nos próximos meses”, explicou a companhia sem detalhar o impacto na tarifa.

No balanço, a companhia disse que adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais estabelecidas pela Receita Federal, e o repasse aos consumidores será efetuado conforme mecanismos e critérios a serem definidos pela Aneel.

Já a parcela que compete à Light, referente ao período de janeiro de 2002 a agosto de 2009, foi contabilizada como receita, de forma retroativa e atualizada pela Selic, a taxa básica de juros. Isso ajudou a companhia a lucrar R\$ 1,5 bilhão no terceiro trimestre deste ano.

MME / ASCOM .